

AS IMPLICAÇÕES MISSIOLÓGICAS DO TRIUNFO DE CRISTO – UMA ANÁLISE DA QUESTÃO JURÍDICA NO CONTEXTO DA GRANDE COMISSÃO (Mt 28.18-20)

*Paulo Eduardo Vieira da Veiga**

RESUMO

O contexto jurídico no qual foi dada a Grande Comissão envolve os quatro grandes temas das Escrituras: criação, queda, redenção e consumação. Quando colocado no Éden, Adão recebeu a missão de governar tudo o que Deus havia criado. Ao pecar, de algum modo essa autoridade foi usurpada por Satanás. Quando Cristo morreu e ressuscitou, cumpriu assim o seu propósito redentor e, como o último Adão, recuperou e ampliou juridicamente a autoridade perdida pelo primeiro. Dessa forma, a Grande Comissão em Mateus 28.18-20 começa não no versículo 19, mas já no versículo 18, quando o Senhor ressurreto, com base nesta mesma autoridade, ordena a seus discípulos irem pelo mundo e fazerem discípulos de todas as nações. Portanto, o presente artigo visa analisar a palavra ἐξουσία (autoridade) mencionada no versículo 18 no contexto da teologia bíblica do Antigo e do Novo Testamentos, refletir sobre a autoridade perdida por Adão e reconquistada por Cristo e avaliar como o triunfo e a exaltação de Cristo são a garantia de sucesso da missão, dão sentido ao “ide”, revestem a igreja com autoridade e impulsionam os discípulos no cumprimento da Grande Comissão, apontando para o *escaton*.¹

* O autor é bacharel em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul e mestrando em Estudos Bíblico-Hermenêuticos do Novo Testamento no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

¹ Este artigo foi escrito inicialmente para atender às exigências da disciplina “Principados e Potestades”, ministrada em 2020 pelo Prof. Dr. Leandro A. de Lima, no CPAJ, como parte do curso de Mestrado em Estudos Bíblico-Hermenêuticos. Várias das ideias expostas no artigo, especialmente a questão jurídica da autoridade conquistada por Cristo, refletem o ensino do referido professor, ministrado durante a disciplina, e também em seus escritos, em especial sua tese de doutorado de 2012 (LIMA,

PALAVRAS-CHAVE

Teologia bíblica; Novo Testamento; Grande Comissão; Reino; Evangelho; Autoridade; Batalha jurídica.

INTRODUÇÃO

Os debates recentes entre os exegetas sobre o entendimento da Grande Comissão giram em torno do verbo πορευθέντες (ir). Alguns defendem que esse verbo deva ser traduzido como “ide”, no imperativo, outros defendem que seja traduzido como “indo”, no gerúndio. Ambas as análises exegéticas trazem implicações missiológicas importantes, seja a ênfase no discipulado local, seja nas missões transculturais e na plantação de novas igrejas. É certo que tudo isso está incluído na Grande Comissão.

David Hesselgrave, ao analisar o texto de Mateus 28.18-20, defende que existe um elemento básico que é “fazei discípulos de todas as nações”. Segundo ele, a importância do fazer discípulos (μαθητεύσατε) é ressaltada pelo fato de este ser o único imperativo no texto da Grande Comissão. Ele ainda destaca que “fazei discípulos de todas as nações” requer que se tenha missionários em todas as nações.² O professor Carl Bosma, em suas pesquisas sobre as posições exegéticas acerca de Mateus 28.18-20, apresenta quatro atitudes em relação a esses termos: (1) forte ênfase no particípio, traduzido como imperativo (“Ide”); (2) maior ênfase em “fazer discípulos”; (3) subordinação plena do “ir” ao “fazer discípulos”, tornando-o quase irrelevante; (4) ênfase igual nos dois conceitos. Bosma defende a quarta posição, enfatizando que o “ir” faz parte do mandamento de se fazer discípulos. Para ele, tanto é importante o discipulado local (fazer discípulos e ensinar), quanto as missões transculturais (“indo”).³ Já o professor Chun Kwang Chung faz uma análise da mudança recente na tradução do verbo πορευθέντες como “indo”, em vez de “ide”, tradução esta que sempre foi adotada por diversas sociedades bíblicas. Segundo ele, traduzir πορευθέντες como “indo” gera implicações missiológicas fundamentais no entendimento da Grande Comissão, pois tal interpretação é defendida pelos proponentes do ministério de discipulado nas igrejas locais e pelo movimento de igrejas missionais. Porém, ele defende que os tradutores estavam corretos ao traduzirem o particípio πορευθέντες como imperativo “ide”.⁴

Leandro Antônio de. “Apocalipse como literatura: um estudo sobre a importância da análise da arte literária em apocalipse 12-13”. Dissertação (Doutorado em Letras), São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012) e seu livro *A Grande Batalha Escatológica* (São Paulo: Editora Agathos, 2016).

² HESSELGRAVE, David J. *A comunicação transcultural do Evangelho*. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 69.

³ BOSMA, Carl. “Missões e sintaxe grega em Mateus 28.18-20”. *Fides Reformata* XIV-1, 2009, p. 9.

⁴ CHUNG, Chun Kwang. “Ide ou Indo? Igrejas Missionais e o uso do particípio na Grande Comissão de Mateus 28.18-20”. *Fides Reformata* XXIV-2, 2019, p. 51.

Toda essa discussão teológica é saudável, válida e útil para o entendimento da missão da igreja. Sem dúvida, é preciso considerar esses aspectos. Contudo, parece-me que, ao longo destes debates, tem sido deixado de lado o contexto no qual estas palavras foram ditas pelo Senhor Jesus, perdendo-se de vista a base, a segurança e a motivação principal para a missão, que é o triunfo e a exaltação do Cristo ressurreto que ascendeu aos céus, e que garante sua presença constante com seus discípulos em missão. Ele também garante que as portas do inferno não prevalecerão contra a sua igreja (Mt 16.18). Porque Jesus conquistou todo poder e toda autoridade nos céus e terra, ele tem o direito legal de exercê-los sobre todas as coisas. Sua morte e ressurreição deram-lhe o direito legal de restaurar a criação, a qual fora colocada debaixo do cativo do pecado, e de salvar aqueles por quem ele morreu, pois levou sobre si todos os pecados deles, também num sentido legal. Logo, focar apenas na tradução do verbo πορευθέντες deixa muita coisa de fora, pois omite a base da argumentação racional da Grande Comissão.⁵ Portanto, analisar a promessa que impele a Grande Comissão é fundamental para o cumprimento dessa tarefa dada à igreja.

1. TODA A AUTORIDADE (πᾶσα ἐξουσία)

A palavra ἐξουσία (autoridade, poder) é amplamente usada no Novo Testamento. Tendo em vista os evangelhos e o livro de Atos, encontramos o termo ἐξουσία nove vezes em Mateus (7.29; 8.9; 9.6, 8; 10.1; 21.23, 24, 27; 28.18). No evangelho de Marcos a palavra também aparece nove vezes. Já Lucas e João a utilizam dezesseis vezes e oito vezes, respectivamente.⁶ Analisando a autoridade de Cristo no contexto do livro de Mateus, percebemos que Jesus se apresenta como aquele que tem autoridade sobre a terra para perdoar pecados (Mt 9.6). É dito que as multidões se maravilhavam de sua doutrina porque ele as ensinava como quem tem autoridade (Mt 7.29) e o próprio Jesus ainda afirma que tudo lhe havia sido entregue pelo Pai (Mt 11.27). Logo após ressuscitar, Jesus se apresenta aos seus discípulos como alguém que tem toda a autoridade nos céus e na terra (Mt 28.18). Curiosamente, sempre que Mateus faz uso do termo ἐξουσία (autoridade), ele o faz somente com referência a Jesus. Quando se trata de seres humanos, a palavra utilizada por ele é δύναμις (poder).⁷ De acordo com Craig Keener, “a autoridade de Jesus inclui a autoridade de dizer aos seus subordinados para irem”.⁸ Sua autoridade é singular, é a única que

⁵ HORTON, Michael. *A Grande Comissão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014, p. 27.

⁶ LEE, k.; VILJOEN, F. P. “The Ultimate Commission: the key for the gospel according to Matthew”. *Acta Theologica*, University of the Free State, South Africa, vol. 30, n. 1 (jun. 2010), p. 64-83.

⁷ LAWRENCE, Louise Joy. *An ethnography of the Gospel of Matthew: A critical assessment of the use of the honour and shame model in New Testament studies*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010, p. 117.

⁸ KEENER, Craig S. *The Gospel of Matthew: A Socio-Rhetorical Commentary*. Grand Rapids: Eerdmans, 2009, p. 178.

pode ser declarada como autoridade absoluta, autoridade da verdade, autoridade de Deus.⁹ É com base nessa autoridade que Jesus ordena aos seus discípulos para que vão ao mundo e façam discípulos de todas as nações, batizem-nos em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e, os ensinem a guardar todas as coisas que Jesus havia ordenado aos doze. David Bauer ainda destaca que a autoridade de Jesus pode ser vista em seus ensinamentos, milagres, nas pessoas que respondem a ele, em seus títulos e em sua posição única como uma figura divina ou messiânica.¹⁰

É importante observar que Jesus profere essas palavras após a sua ressurreição. Assim, todas as restrições vinculadas à sua encarnação agora não mais estão ligadas à sua natureza humana, pois ele não é mais o homem de dores, ferido de Deus e oprimido. Agora, tendo triunfado sobre o pecado e a morte, ele recebe autoridade divina sobre céus e terra.¹¹ Logo, a autoridade que foi dada a Cristo refere-se à autoridade que ele recebe enquanto Deus/homem. A palavra ἐξουσία poderia ser traduzida como um estado de controle sobre algo, liberdade de escolha, o direito de agir ou decidir, capacidade de fazer algo, poder absoluto, legitimidade.¹² O Novo Testamento emprega duas palavras para se referir a “poder”, são os termos ἐξουσία e δύναμις, sendo que ἐξουσία é um termo mais abrangente do que δύναμις, pois se refere tanto à posição quanto à função. Logo, nada na criação está fora da autoridade de Cristo, o que denota sua autoridade divina.¹³ É desta forma que ele emprega essa palavra no contexto da Grande Comissão. Contudo, em que sentido Cristo recebe essa autoridade apenas após a sua morte e ressurreição? Sendo Deus, ele já não possuía toda essa autoridade mesmo antes disso?

Para tornar isso claro, precisamos analisar o aspecto legal desta autoridade, ou seja, o direito e o poder que Cristo tem sobre todas as coisas, derivado de sua posição como o segundo Adão, como aquele que veio para reverter a Queda. O Dr. Leandro de Lima, ao abordar o tema da primeira vinda de Cristo, a denomina a grande batalha escatológica, na qual a libertação do povo de Deus estava sendo conquistada, visto que era uma batalha jurídica ou legal, uma batalha por autoridade. Assim, ele destaca que “a vinda de Cristo foi uma

⁹ DODD, C. H. *The Authority of the Bible*. London: Fontana Books, 1960, p. 232.

¹⁰ BAUER, David R. *The Structure of Matthew's Gospel: A Study in Literary Design*. Sheffield: Almond, 1988, p. 115-117.

¹¹ MORRIS, Leon. *The Gospel according to Matthew*. Grand Rapids: Eerdmans, 1992, p. 745-746.

¹² LENSKI, R. C. H. *The Eisenach Gospel Selections: An Exegetical-Homiletical Treatment*. Columbus: The Lutheran Book Concern, 1928, p. 577.

¹³ OSBORNE, Grant R. *The Resurrection Narratives: A Redactional Study*. Grand Rapids: Baker, 1984, p. 90.

declaração de guerra contra os inimigos [...], mas uma guerra por direito, por legitimidade”.¹⁴

1.1 A autoridade usurpada

Essa guerra por legitimidade teve início no Éden. Quando Deus colocou Adão e Eva no jardim e lhes deu a missão de governar tudo o que ele havia criado (Gn 1.26-27), eles eram, na linguagem de Gerard Van Groningen, os vice-gerentes de Deus. Bruce Waltke, comentando Gênesis 1.26-27, destaca que “o texto está dizendo que exercer domínio real sobre a terra como representante de Deus é o propósito básico para o qual Deus criou o homem”.¹⁵ Van Groningen lança luz sobre a questão:

Deus tinha um propósito predeterminado para a humanidade. Ela deveria ter um papel superior, uma influência dominante e um serviço responsável. Homem e mulher deveriam ser governadores sobre a criação natural; deveriam ser os representantes reais dentro do reino cósmico.¹⁶

Dessa forma, o homem foi colocado como mordomo de Deus junto à criação. Todas as coisas foram postas sob sua autoridade. Ele deveria governar sobre o que havia sido criado, exercendo assim suas prerrogativas reais, desenvolvendo o cosmos e mantendo-o. Ao conferir esta autoridade e domínio ao homem, o Senhor estava colocando a humanidade em um relacionamento singular com o cosmos.¹⁷ O homem tinha essas prerrogativas por direito, o qual lhe tinha sido concedido pelo próprio Deus, pois, como escreve o salmista: “Fizeste-o, no entanto, por um pouco, menor do que Deus e de glória e de honra o coroaste. Deste-lhe domínio sobre as obras de tua mão e sob seus pés tudo lhe puseste” (Sl 8.5-6). Obviamente que Deus não concedeu sua deidade aos seres humanos, mas os colocou na mais alta posição real na criação, e os dotou com o privilégio e a responsabilidade de serem cotrabalhadorees com ele nas tarefas reais a serem executadas na criação.¹⁸ A terra foi criada para o domínio e governo humanos. Tal domínio era expressão do reino de Deus e representava o governo divino.¹⁹

¹⁴ LIMA, Leandro A. de. *A grande batalha escatológica*. São Paulo: Editora Agathos, 2016, p. 7.

¹⁵ WALTKE, Bruce. *Comentários do Antigo Testamento: Gênesis*. São Paulo: Cultura Cristã, 2019, p. 77.

¹⁶ VAN GRONINGEN, Gerard. *Criação e consumação: o reino, a aliança e o Mediador*. São Paulo: Cultura Cristã, 2018, vol. 1, p. 79.

¹⁷ *Ibid.*, p. 90.

¹⁸ *Ibid.*, p. 85.

¹⁹ DEMPSTER, Stephen G. *Dominion and Dynasty: A Biblical Theology of the Hebrew Bible*. New Studies in Biblical Theology, 15. Downers Grove, Illinois: IVP Academic, 2006, p. 62.

Se Adão e Eva tivessem cumprido devidamente o mandato recebido de Deus, Satanás não teria nenhum direito e legalidade sobre o cosmos e nem sobre os vice-gerentes de Deus. Pois, embora Satanás tivesse acesso ao Éden, pelo fato de ser um anjo e por sua posição no cosmos, ele não era capaz de introduzir o mal e o pecado diretamente dentro do Éden e do cosmos, pois não lhe foram concedidas as prerrogativas reais e o status que foram concedidos por Deus a Adão e Eva.²⁰ Por isso, ele buscava para si o controle do reino cósmico de Deus, mas para atingir seu objetivo era preciso encontrar uma brecha, ele precisava usurpar este direito que pertencia ao primeiro casal, e a única maneira de fazê-lo era entrar no Éden e ganhar controle e influência sobre os vice-gerentes de Deus. Em Gênesis 2.15 Deus toma o homem e o coloca no jardim do Éden para o cultivar e o guardar. Um aspecto interessante da atividade do homem é que o termo guardar incluía guardar o jardim contra a usurpação de Satanás. Adão e Eva não eram apenas os sacerdotes de Deus, mas também os guardiões do jardim. Eles, que deveriam expulsar a serpente, acabaram sendo expulsos por ela.²¹ Ao invés de prontamente se opor, denunciar e expulsar o tentador blasfemo, é digno de nota o fato de Adão ter ficado passivo enquanto via sua esposa receber um tutorial deste estranho mestre de teologia, a serpente.²² Satanás estava desafiando a autoridade de Deus ao compelir o homem a escolher entre dois mestres.²³ Era a autoridade de Deus versus o desafio do mundo sob o domínio de Satanás.²⁴ Dessa maneira, ao darem ouvidos à voz da serpente, Adão e Eva estavam deixando a autoridade de Deus e de sua palavra, para se colocarem debaixo da autoridade do diabo e de suas mentiras, submetendo-se ao pecado e ao poder do mal, ficando destinados à morte.²⁵

Ao enganar e seduzir o primeiro casal, Satanás foi bem-sucedido em seu plano de introduzir o mal e o pecado no mundo (Gn. 3.1-13), levando-os a duvidar de Deus e desobedecê-lo. Adão e Eva quebraram o seu relacionamento com Yahweh, com o cosmos e um com o outro. Agora eles eram os quebradores do pacto, não mais tinham o senso de serem governadores reais e vice-gerentes de Deus. Eles abdicaram do trono que Deus lhes havia dado, renderam-se a Satanás completamente e pecaram contra o Criador.²⁶ Com isso, Satanás obteve

²⁰ GRONINGEN, *Criação e consumação*, p. 125.

²¹ WALTKE, *Comentários do Antigo Testamento*, p. 103.

²² GOLDINGAY, John. *Old Testament Theology: Israel's Gospel*. Downers Grove, IL: IVP Academic, 2003, p. 131.

²³ KLINE, M. G. *Kingdom Prologue: Genesis Foundations for a Covenantal Worldview*. Eugene, OR: Wipf & Stock, 2006, p. 123.

²⁴ ARNOLD, Bill T. *Encountering the Book of Genesis*. Grand Rapids: Baker Books, 1998, p. 41.

²⁵ Segundo Gordon Wenham, "a serpente simboliza o pecado, a morte e o poder do mal". WENHAM, Gordon J. *Genesis 1-15*. World Biblical Commentary. Waco, TX, 1987, p. 148.

²⁶ GRONINGEN, *Criação e consumação*, p. 127.

o domínio sobre os vice-gerentes pactuais de Deus, e conseqüentemente, obteve domínio sobre o cosmos. O pecado, que passou a fazer parte da natureza humana caída, deu poder a Satanás e seus anjos para serem acusadores dos seres humanos, e também para os dominarem e possuírem. Foi o princípio da legalidade. Satanás conseguiu estabelecer o seu reino, seu trono e seu domínio substitutos dentro do cosmos.²⁷ Porém, seu reino é parasita, ou seja, não pode existir independentemente, pois depende do reino cósmico de Deus. Ele é um intruso maligno querendo entronizar-se como o mestre dos seres humanos e do reino cósmico sobre o qual eles haviam recebido o domínio e o mandato de zelar, cultivar e governar.²⁸

Por meio da desobediência de Adão e Eva, Satanás foi capacitado a implantar seu reino parasita dentro do cosmos. Sua intenção é ter domínio completo, o que nunca será consumado. Seu reino é de oposição espiritual ao reino de Deus e a todo o cosmos. O ataque de Satanás foi totalmente planejado, pois visava destruir toda estrutura que Deus havia criado no jardim. O interesse do inimigo não era simplesmente conseguir que o homem pecasse contra Deus; muito mais do que isso, ele queria invadir cada estrutura de autoridade, cada símbolo de reino e governo que Deus havia instituído.²⁹ Ele queria subverter toda a estrutura da criação e queria que Deus fosse humilhado. É aqui que temos o estabelecimento da antítese, da linha divisória, do abismo e da oposição entre o reino de Deus e o reino parasita de Satanás. Logo após a queda do primeiro casal, o Senhor pronuncia uma maldição contra a serpente e declara inimizade entre a semente de Satanás e os seguidores de Yahweh (cf. Gn 3.15). Van Groningen mais uma vez traz clareza à questão:

É basicamente uma luta pelo coração, pelo serviço real, e os benefícios resultantes destes. Deus Yahweh requereu o direito de posse; Satanás também. Ter os corações, a própria pessoa de Adão e Eva, não era somente tê-los como servos, mas também reivindicar o cosmos sobre o qual tinham sido colocados como vice-gerentes. Desse modo, reivindicar os vice-gerentes era reivindicar o seu domínio. Reivindicar os seres reais era reivindicar suas prerrogativas reais dentro do domínio. Ter domínio espiritual era também ter o domínio cósmico; todos os aspectos do reino cósmico estariam envolvidos na luta quando Deus Yahweh sustentasse, por declaração, a oposição, i.e., a antítese.³⁰

Com a entrada do pecado no mundo, o homem, a quem Deus havia criado com liberdade de escolha, usa seu livre arbítrio para rebelião. Adão e Eva quebram o Pacto que Deus havia feito com eles, caem do seu estado de

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid., p. 126.

²⁹ Ibid., p. 157.

³⁰ Ibid., p. 156.

inocência e tornam-se pecadores, traindo a Deus num ato de rebeldia, pois foi uma traição universal (cósmica), uma traição contra o Rei do cosmos.³¹ Sua natureza, que antes era santa, agora está corrompida pelo mal e manchada pelo pecado. Seus pensamentos, consciência, vontade e emoções são atingidos pela corrupção e pervertidos; eles são despojados de sua justiça original. E assim condenam todos os seus descendentes a nascerem em iniquidade, culpados, corrompidos e destinados à morte.³² Agora, toda a criação é colocada debaixo do cativo do pecado. Aqui, os vice-gerentes de Deus entregam nas mãos da serpente o domínio que tinham recebido do Criador, perdendo seu status real e a autoridade de dominar e sujeitar toda criação.³³ Contudo, como assinala Derek Kidner, “graças à misericórdia, a maldição recai sobre os domínios do homem, não sobre o homem propriamente dito”.³⁴ Pois embora Adão tenha ouvido palavras como fadiga, suor, morte e pó sendo associadas à sua experiência humana como consequência de sua rebelião, contudo, a maldição recai sobre a terra, que se torna maldita por causa do pecado e porque seu domínio é entregue a Satanás. Ademais, o objetivo da serpente de minar a autoridade de Deus entre o povo que ele mesmo criou não será alcançado, pois no final ela será destruída pela semente da mulher (cf. Gn 3.15).³⁵

1.2 A autoridade recuperada e ampliada

A fim de que esta autoridade fosse recuperada ou reconquistada, algo precisava ser feito. E ninguém menos que o Filho de Deus foi quem realizou tal obra por meio de sua vitória na batalha jurídica da cruz. Ao retrocedermos para muito antes da crucificação, temos de considerar a conversa que o diabo tem com Jesus por ocasião da tentação no deserto. Em Lucas 4.5-6, Satanás num momento mostra a Cristo todos os reinos do mundo e a glória deles. A seguir, declara que dará toda essa autoridade sobre os reinos a Cristo se ele, prostrado, o adorar, o que Cristo se recusou a fazer. Mas um fato importante nesse episódio é que o diabo afirma que a autoridade sobre todos os reinos do mundo foi entregue a ele, por isso ele pode concedê-la a quem quiser. O curioso é que Jesus não o desmente e nem o questiona sobre tal afirmação. Apesar de ser o pai da mentira, o diabo parece estar falando a verdade quando afirmou que tinha toda aquela autoridade sobre as nações e reinos. Pois, no Éden, por ocasião da queda do ser humano, ele recebeu autoridade para enganar as nações e mantê-las sob cegueira espiritual. É digno de nota que, ao tentar a Cristo

³¹ SPROUL, R. C. *A verdade da cruz*. São Paulo: Fiel, 2019, p. 35-36.

³² CALVINO, João. *Salmos*. Vol. 2. São Paulo: Fiel, 2011, p. 418-419.

³³ CHUNG, Chun Kwang. *Missão primordial: os fundamentos da missão em Gênesis 1-11*. São Paulo: Missiológica, 2019, p. 73.

³⁴ KIDNER, Derek. *Gênesis: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1979, p. 67.

³⁵ LONGMAN III, Tremper. *Como ler Gênesis*. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 137.

no deserto, ele não sabia que não teria mais esta autoridade por muito tempo. Porque Cristo, por meio de sua morte e ressurreição, cassaria este direito legal de Satanás e tomaria dele as nações.³⁶

Quando comparamos as passagens de Lucas 4.6 com Mateus 28.18, podemos perceber uma forte semelhança entre as palavras que Satanás usou para oferecer a autoridade dos reinos deste mundo a Jesus e a afirmação de Jesus sobre o Pai ter-lhe concedido toda autoridade nos céus e na terra. Em Lucas 4.6, Satanás declara: “Σοὶ δώσω τὴν ἐξουσίαν ταύτην ἅπασαν καὶ τὴν δόξαν αὐτῶν ὅτι ἐμοὶ παραδέδοται” (“A ti darei toda esta autoridade e a glória deles, porque a mim foi entregue”). Em Mateus 28.18 Jesus declara: “Ἐδόθη μοι πᾶσα ἐξουσία ἐν οὐρανῷ καὶ ἐπὶ τῆς γῆς” (“Foi dada a mim toda autoridade no céu e sobre a terra”). Jesus proclama sua autoridade nos céus e na terra repetindo quase que cada palavra proferida pelo diabo.³⁷ Podemos perceber que a batalha jurídica travada por Cristo é determinada pela antítese entre o reino dos céus e o domínio de Satanás. A tentação com respeito aos reinos deste mundo (cf. Lc 4.5ss e Mt 4.8ss) revela em que consistia o conflito entre Jesus e Satanás. O príncipe deste mundo (o diabo) estava se opondo ao reino de Deus por saber que Jesus disputaria essa autoridade com ele em nome de Deus, sendo que Cristo jamais poderia fazer uso arbitrário da autoridade que lhe fora dada, antes deveria conquistá-la, não da maneira proposta por Satanás, mas da maneira determinada por Deus.³⁸ Enquanto a autoridade de Satanás foi algo usurpado pela legalidade deixada por Adão, a autoridade de Cristo, por sua vez, foi um direito conquistado e recebido das mãos um Deus soberano. Ele não usurpou tal autoridade, antes ela lhe foi dada por Deus como uma capacitação para um encargo.³⁹ Jesus é digno da autoridade que recebeu (Apocalipse 5). O que Satanás ofereceu a Jesus foi “toda autoridade” sobre os reinos deste mundo, mas o que Deus lhe concedeu foi toda autoridade nos céus e na terra, dando-lhe um nome acima de todo nome (Fp 2.9-10). Isso aponta para o senhorio cósmico de Cristo.

Fica claro que refletir sobre a obra realizada por Cristo em sua morte, ressurreição e ascensão é imprescindível para compreendermos o aspecto jurídico que envolve o plano da redenção. A obra de Cristo efetua, por assim dizer, uma total renovação cósmica, colocando todos os reinos deste mundo sob seu domínio, conquistando a salvação não só de almas, mas de corpos, e não só de seres humanos, mas de toda a criação.⁴⁰ É com base nisto que pode-

³⁶ LIMA, *A grande batalha escatológica*, p. 29-30.

³⁷ *Ibid.*, p. 29.

³⁸ RIDDERBOS, Herman. *A vinda do Reino de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2019, p. 64.

³⁹ KLAIBER, Walter. “The Great Commission of Matthew 28.16-20”. *American Baptist Historical Quarterly*, vol. XXXVII, n. 2, p. 108-122.

⁴⁰ HORTON, *A Grande Comissão*, p. 72-73.

mos entender o protoevangelho em gênesis 3.15: “Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”. Na maldição sobre a serpente veio embutida uma semente de esperança para a humanidade, uma esperança genealógica.⁴¹

É neste contexto mais amplo da aliança da graça, que teve seu início com a promessa divina de um redentor em Gênesis 3.15, que a Grande Comissão é dada. Jesus é o descendente da mulher que, ao morrer na cruz e ressuscitar, feriu a cabeça de Satanás. Ele esmagou a cabeça da serpente e está pondo prisioneiros em liberdade, pois lhe foi dada toda a autoridade nos céus e na terra.⁴² Esta autoridade foi reivindicada por ele algumas vezes nos evangelhos quando falava de si mesmo como o “Filho do Homem”. Tal expressão aparece em Daniel 7.13-14 e é uma das mais usadas por Jesus para referir-se a si próprio para falar de sua majestade, de sua autoridade para perdoar pecados, do seu poder legislador sobre o dia de sábado e da glória de sua segunda vinda (cf. Mt 9.6; 12.8; 16.27; 24.30; 25.31). Mateus 28.18 parece ser uma alusão consciente a Daniel 7.14.⁴³

Podemos dizer que Jesus está edificando a sua igreja sobre a sua palavra, e uma dessas palavras ocorre no evangelho de Mateus 28.18-20, exatamente o texto da Grande Comissão. Mateus 28.18 é o equivalente real a Daniel 7.14: “E foi-lhe dado o domínio, e a honra, e o reino, para que todos os povos, nações e línguas o servissem; o seu domínio é um domínio eterno, que não passará, e o seu reino tal, que não será destruído”. Jesus reivindica ser este Filho do Homem profetizado por Daniel.⁴⁴ É com base em sua própria identidade que ele entrega a Grande Comissão aos seus discípulos. Portanto, Cristo é o centro de toda proclamação missionária,⁴⁵ ele é o personagem central da missão, sua pessoa é o centro da Escritura (Lc 24.27, 44) e é ele mesmo quem deve ser proclamado (Lc 24.46-47). Os discípulos devem proclamar o evangelho com base no direito de Cristo, o qual veio a este mundo para impor o direito divino sobre Satanás e assim libertar os cativos. O evangelho irá prevalecer.⁴⁶ Cristo verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará satisfeito, pois, à medida que o evangelho for sendo proclamado a todas as nações, o Senhor atrairá muitos pecadores a si e justificá-los-á (Is 53.11).

⁴¹ DEMPSTER, *Dominion and Dynasty*, p. 68.

⁴² LIMA, *A grande batalha escatológica*, p. 82.

⁴³ CARSON, Donald A. *O comentário de Mateus*. São Paulo: Shedd, 2011, p. 687.

⁴⁴ KLAIBER, “The Great Commission”, p. 108-122.

⁴⁵ PIPER, John. *Alegrem-se os povos: a supremacia de Deus em missões*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p. 234.

⁴⁶ LIMA, *A grande batalha escatológica*, p. 45.

2. O PODER DO EVANGELHO

Toda menção ao evangelho feita neste artigo tem como base a seguinte definição: “O evangelho é a mensagem de Deus para a redenção de sua igreja. É o poder de Deus que se manifesta na transformação de pessoas. É o próprio Senhor Jesus, quem ele é o que ele fez na cruz e na ressurreição”.⁴⁷ Posto isto, o poder, o triunfo e os efeitos do evangelho são infinitamente maiores do que a maioria de nós imagina.

Em Colossenses 2.14, Paulo faz uso de uma metáfora tirada do mundo jurídico: ele fala de uma espécie de certificado de dívida, uma cobrança de nossa dívida legal. Ao comentar este versículo, James Dunn diz que o pano de fundo aqui, por meio da expressão “contra nós”, confirma que o documento em questão era de condenação, era um registro de nossas transgressões, hostil a nós. Dunn ainda argumenta que a redenção realizada na cruz sob estas imagens efetua o cancelamento ou apagamento dos registros de um livro. A eliminação dos registros confirma que nenhuma destas transgressões é mais mantida contra nós, em outras palavras, a metáfora é outra maneira de dizer que “ele perdoou todas as nossas transgressões”.⁴⁸ Paulo usa uma imagem vívida ao afirmar que Cristo, ao ser crucificado, removeu, destruiu o registro de dívida que era contra nós. A ideia é de a acusação estar sendo destruída por meio da crucificação, como se a própria acusação estivesse sendo crucificada. Nossas transgressões foram absorvidas na morte sacrificial de Cristo.⁴⁹ Em Colossenses 2.15, Paulo dá ênfase ao triunfo do Senhor ressurreto sobre principados e potestades. Se em Colossenses 2.14 a cruz é símbolo de destruição, no sentido de cancelar ou destruir o escrito de dívida, agora em Colossenses 2.15, ela é transformada em uma imagem pública de triunfo.⁵⁰

A versão *Today's New International Version* traduz a expressão “despojando principados e potestades” como “tendo desarmado os principados e potestades”. Douglas Moo, ao analisar exegeticamente esses versículos, afirma que foi na cruz que Deus desarmou, tirou as armas dos dominadores deste mundo, mas que foi na ressurreição e ascensão de Cristo que Deus exibiu publicamente a realidade do triunfo de Cristo sobre os principados e potestades. Para Moo, o apóstolo Paulo, ao usar a sequência dos versículos 14 e 15, parece sugerir uma ligação entre o perdão de nossos pecados e o desarmamento dos poderes

⁴⁷ LIDÓRIO, Ronaldo. *Revitalização de igrejas: avaliando a vitalidade de igrejas locais*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 21.

⁴⁸ DUNN, James D. G. *The Epistles to the Colossians and to Philemon*. Grand Rapids: Eerdmans, 2016, p. 164-166.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

das trevas.⁵¹ Mais uma vez podemos perceber o aspecto jurídico da obra de Cristo, seu direito e senhorio sobre todas as coisas.

Esta verdade também é encontrada em Efésios 1.20-21, quando Paulo afirma que Deus ressuscitou a Jesus dentre os mortos e o fez assentar acima de todo governo, domínio, principado e potestade. Ele ensina a mesma verdade em Romanos 1.3-4, ao afirmar que Jesus foi designado Filho de Deus com poder por meio da ressurreição. É quando ele ascende aos céus para assentar-se à direita do Pai que ele proclama sua vitória sobre os seres espirituais malignos (1Pe 3.18-22).⁵²

1 Pedro 3.18-22 é outro texto que apresenta a vitória da Cristo na batalha jurídica do Calvário. Aqui o apóstolo Pedro fala acerca da morte e ressurreição de Cristo, seu triunfo e a proclamação de sua vitória sobre os principados e potestades. No versículo 19, Pedro usa o verbo ἐκήρυξεν (proclamar) para dizer que Jesus, após ressuscitar, proclamou sua vitória aos anjos caídos (espíritos em prisão), anunciou o seu triunfo sobre seus adversários. O texto termina dando destaque ao fato de que Jesus Cristo, após ter subido aos céus, está à mão direita de Deus, estando-lhe sujeitos os anjos, autoridades e potestades (3.22). Pedro objetiva deixar claro que não há nada nos céus e na terra que tenha ficado fora do domínio de Cristo. O alvo de Cristo ao fazer uma proclamação específica a esses anjos em prisão foi mostrar que nem mesmo aqueles antigos anjos caídos que estavam há tanto tempo aprisionados ficaram alheios ao senhorio de Jesus.⁵³ “O Senhor ressuscitado é o evangelho vivo”⁵⁴ – isto quer dizer que o evangelho venceu, triunfou. A ênfase do texto está na obra de Cristo na cruz e no que ele conquistou, ou seja, a morte e a ressurreição de Cristo garantem a libertação dos seres humanos dos poderes dos espíritos malignos.⁵⁵ Cristo se manifestou para tirar os pecados e para destruir as obras do diabo (1Jo 3.5, 8), além de conquistar o direito de restaurar toda a criação, libertando-a do cativeiro do pecado (Rm 8.21).

Apocalipse 5.9-10 é mais um texto que apresenta essa questão jurídica da morte e ressurreição de Cristo e de como ele tem o direito de exercer seu senhorio sobre todas as coisas e de salvar pessoas que procedem dos quatro cantos da Terra. No versículo 9 João declara que Jesus ἠγόρασας (comprou) para Deus pessoas que procedem de toda tribo, povo, língua e nação. Cristo comprou a libertação do seu povo da maldição e da penalidade do pecado. Mais do que isso, ele comprou pessoas, elas lhe pertencem. Por meio de sua

⁵¹ MOO, Douglas J. *The Letters to the Colossians and Philemon*. Grand Rapids: Eerdmans, 2008, p. 215.

⁵² Ibid., p. 215.

⁵³ LIMA, A *grande batalha escatológica*, p. 110.

⁵⁴ DALTON, William Joseph. *Christ's Proclamation to the Spirits: A Study of 1 Peter 3:18-4:6*. Roma: Editrice Pontificio Istituto Biblico, 1989, p. 9.

⁵⁵ Ibid.

morte sacrificial, Cristo comprou um povo para si. O verbo ἡγόρασας é usado como uma metáfora comercial para a libertação de um prisioneiro de guerra da escravidão. Desta forma, sua morte foi um resgate, um preço pago, pelo qual Deus comprou um povo. O texto mostra que o preço foi o sangue incorruptível de Cristo, que garante não só a liberdade do seu povo, mas que também o coloca em uma nova condição espiritual. Agora, esse povo é escravo de Deus, comprado para fazer sua vontade. É o povo de propriedade exclusiva de Deus. A redenção efetuada confere uma nova condição.⁵⁶

Cristo possui toda a autoridade no céu e na terra. Com base em sua vitória na terra, ele expulsou Satanás do santuário do céu, onde ele acusava os santos dia e noite (Apocalipse 12).⁵⁷ Após prender ou amarrar o valente, Cristo está saqueando sua casa na terra, tomando de volta o que por justiça lhe pertence (Mt 12.29). Douglas Moo, ao abordar a visão clássica da expiação, mostra que há uma conexão entre o poder que Satanás e seus correligionários tinham sobre os seres humanos por causa do seu pecado. Contudo, Deus, com a provisão de Cristo, pagou a dívida que os homens tinham com Satanás. O Pai, ao enviar seu Filho à cruz, resolveu de maneira final e definitiva o problema do pecado e removeu qualquer poder que os espíritos malignos possam ter sobre os seres humanos. Moo ainda destaca que a vitória de Cristo, celebrada e exibida na sua ressurreição e ascensão, precisa ser entendida pelos crentes como se fosse deles. Logo, a autoridade de Cristo sobre os principados e potestades foi manifestada e, em Cristo, os crentes compartilham dessa autoridade.⁵⁸ A obra realizada por Cristo em sua morte, ressurreição e ascensão pode ser bem definida nestas palavras de Horton:

Nosso Senhor realizou algo na História – em sua vida, morte, ressurreição e ascensão – que o qualifica para ser juiz e justificador dos ímpios. Jesus é tanto o Senhor da Aliança, que comanda, quanto o Servo da Aliança, que cumpre toda a justiça e obtém para nós o perdão, o novo nascimento, a ressurreição e a renovação de toda a criação. Como Deus, ele é Senhor; como ser humano, ele “foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade pela ressurreição dos mortos, a saber, Jesus Cristo, nosso Senhor” (Rm 1.4).⁵⁹

⁵⁶ OSBORNE, Grant. *Comentário exegético: Apocalipse*. São Paulo: Vida Nova, 2014, p. 290-291.

⁵⁷ Antes da morte e ressurreição de Cristo, ao que tudo indica, Satanás tinha livre acesso ao céu onde atuava como uma espécie de promotor de justiça, acusando os seres humanos de suas transgressões da lei divina. Ao morrer, Cristo pagou todo o preço do resgate do ser humano, destronando o acusador, que já não tem mais base para continuar acusando o povo de Deus. Satanás perdeu seu posto de acusador no céu, sua cadeira ficou vazia, ele não tem mais legitimidade para agir como acusador no céu. LIMA, Leandro Antônio de. “Apocalipse como literatura: um estudo sobre a importância da análise da arte literária em apocalipse 12-13”. Dissertação (Doutorado em Letras), São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012, p. 188-189.

⁵⁸ MOO, *The Letters to the Colossians and Philemon*, p. 216.

⁵⁹ HORTON, *A Grande Comissão*, p. 42.

Walter Klaiber afirma que a ressurreição de Jesus já é sua exaltação.⁶⁰ Este é um ponto importante em nossa discussão, pois, ao ressuscitar, Cristo triunfa sobre o pecado, sobre a morte e sobre Satanás e seus anjos. Em Romanos 1.4 lemos: “e foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade pela ressurreição dos mortos, a saber, Jesus Cristo, nosso Senhor”. Sobre este texto, John Stott declara que “a ressurreição é o ponto decisivo na existência do Filho de Deus. Antes de ressuscitar ele era o Filho de Deus em fraqueza a humildade. Por meio da ressurreição torna-se o Filho de Deus em poder”.⁶¹ É digno de nota que Jesus só entrega a Grande Comissão aos seus discípulos após ressuscitar. “A ressurreição marca a vitória incontestável de Cristo”.⁶² Ele obteve toda autoridade nos céus e na terra por meio de sua humilhação, sofrimento e morte.⁶³ A ressurreição de Cristo deu início à nova criação de Deus, sendo os cristãos as primícias desta nova criação. É por isso que Paulo, escrevendo aos coríntios, afirma: “Mas, de fato, Cristo ressuscitou dentre os mortos, sendo ele as primícias dos que dormem” (1Co 15.17-20). Sua ressurreição é a garantia de redenção do seu povo, mas também de todo o cosmos. Ademais, “foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu: para ser Senhor tanto de mortos como de vivos” (Rm 14.9). Jesus morreu não apenas para salvar seu povo dos pecados deles, mas para ter o controle absoluto da nova criação.⁶⁴ Diante dele todo joelho tem de se dobrar e toda língua confessar que ele é o Senhor (Fp 2.9-11). “Ele está agora amplamente instalado e declarado como Juiz e somente ele pode receber os apelos para absolvição”.⁶⁵ Desta maneira, o conceito de salvação implica render-se ao senhorio de Cristo, pois Jesus foi designado Juiz de todos os povos graças à sua ressurreição e foi colocado por Deus como o centro de toda a obra salvadora de Deus.⁶⁶ As implicações missionológicas do seu triunfo como Juiz universal são a base para a Grande Comissão. “A ordem dada por Jesus de pregar o arrependimento e o perdão de pecados repousava sobre sua ressurreição. Esse é o conteúdo da comissão”.⁶⁷ Com base nisto, o Senhor Jesus comissiona seus discípulos a irem pelo mundo e pregarem o evangelho a toda criatura.

⁶⁰ KLAIBER, “The Great Commission”, p. 108-122.

⁶¹ STOTT, John R. W. *A mensagem de Romanos*. São Paulo: ABU Editora, 2007, p. 51.

⁶² LIMA, *A grande batalha escatológica*, p. 90.

⁶³ RIDDERBOS, *A vinda do Reino de Deus*, p. 99.

⁶⁴ SILVA, Norval Oliveira da. *A mensagem de salvação num contexto animista*. A questão indígena: uma luta desigual. Minas Gerais: Editora Ultimato, 2008, p. 200.

⁶⁵ PIPER, *Alegrem-se os povos*, p. 150.

⁶⁶ Ibid., p. 142 e 150.

⁶⁷ STETZER, Ed. *Plantando igrejas missionais: como plantar igrejas bíblicas, saudáveis e relevantes à cultura*. São Paulo: Vida Nova, 2015, p. 64.

3. AS GARANTIAS DO EVANGELHO

Sobre a questão levantada no início a respeito da tradução do verbo πορευθέντες, o autor deste artigo concorda com a posição do professor Bosma de que o “ir” faz parte do mandamento de se fazer discípulos, pois tanto é importante o discipulado local (fazer discípulos e ensinar), quanto as missões transculturais. Ademais, está claro que o *Ide* tem força imperativa. Logo, não faz sentido criar uma tensão entre discipulado e missões, pois as duas coisas estão incluídas e interligadas na Grande Comissão, ambas estão debaixo da autoridade de Cristo.

A ordem para que o evangelho fosse proclamado entre todas as nações foi dada por Cristo aos seus discípulos logo após sua vitória na batalha jurídica travada na cruz e consumada na ressurreição. O Pai concedeu-lhe toda a autoridade nos céus e na terra, bem como o direito de exercer essa autoridade sobre principados e potestades, e abriu as portas para que o evangelho fosse pregado a todas as nações sem impedimento algum.⁶⁸ Eric Kayayan declara que “a proclamação do evangelho de Jesus Cristo é o cetro por meio do qual Deus deseja governar o mundo, e sua autoridade divina é expressa para que todos se submetam a ela”.⁶⁹ Jesus detém o direito de controlar todas as coisas e de exigir obediência.⁷⁰ Faz-se necessário destacar que todos os eventos associados à primeira vinda de Cristo, desde sua encarnação até a coroação, são decisivos para a expulsão de Satanás do céu e seu aprisionamento, para cercear sua influência enganadora entre as nações (cf. Ap 12.1-6). À medida que a igreja cumpre a Grande Comissão, a verdade do evangelho vai tomando o lugar da mentira do diabo e Cristo atrai a si todos os eleitos dentre as nações. A igreja, enquanto uma poderosa organização missionária que proclama o evangelho entre as nações, não pode ser destruída pelo diabo.⁷¹ Michael Horton é assertivo ao dizer que “a Grande Comissão começa com um triunfante anúncio de que toda a autoridade nos céus e na terra pertence a Jesus Cristo. O evangelho

⁶⁸ De acordo com a interpretação amilenista do texto de Apocalipse 12.1-6, por ocasião da primeira vinda de Cristo, Satanás foi aprisionado no sentido de não poder enganar as nações para impedi-las de aprender a verdade acerca de Deus. Logo, durante a era do evangelho, ele não pode congregiar todos os inimigos de Cristo para atacarem conjuntamente a igreja, E, embora sua influência não seja eliminada, ela é tão restringida que ele é incapaz de impedir a disseminação do evangelho entre as nações do mundo. Por causa do aprisionamento de Satanás, na atualidade as nações não podem conquistar a igreja, mas a igreja está conquistando as nações. HOEKEMA, Anthony A. *A Bíblia e o futuro*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, p. 243-245.

⁶⁹ KAYAYAN, Eric. “Christ’s Fourfold Declaration of Authority”. *Unio Cum Cristo*, Philadelphia, v. 5, n. 2 (out. 2019), p. 5-13.

⁷⁰ CARSON, Donald A. *Os perigos da interpretação da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 52.

⁷¹ HENDRIKSEN, William. *Mais que vencedores: os mistérios do Apocalipse desvendados com profundidade e fidelidade*. Trad. Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, p. 220-222.

que traz salvação também orienta a igreja em sua missão”.⁷² Dessa maneira, a afirmação de que toda a autoridade em todo o reino cósmico de Deus foi dada ao Cristo ressurreto é um prelúdio apropriado para a ordem que se segue, pois a posse de tal autoridade era um requisito para a emissão efetiva de tal ordem.⁷³ “Por causa de sua autoridade, seus seguidores podem ir confiantes de que seu Senhor está no controle soberano de tudo nos céus e na terra”.⁷⁴

Assim, as duas declarações que estruturam as palavras de Jesus na Grande Comissão podem ser consideradas como a “Grande Garantia”. A primeira é que Cristo tem toda a autoridade nos céus e na terra, que é a capacitação dada por Deus para um encargo. A segunda declaração é a garantia de sua presença constante, pois Cristo garante que seus discípulos não estarão sozinhos, ele estará com eles enquanto cumprem sua missão.⁷⁵ Na teologia bíblica do evangelho de Mateus, Jesus é apresentado como o “Emanuel”, que quer dizer “Deus conosco” (cf. Mt 1.23 e 28.20). É essa consciência da presença do Cristo ressurreto e glorificado entre os seus discípulos que garante o cumprimento da missão.⁷⁶ Logo, podemos dizer que o evangelho antecede a missão, porque o sucesso na tarefa depende inteiramente daquilo que Cristo já realizou em sua primeira vinda.

Esta autoridade de Cristo não é um poder (δύναμις) que um grande conquistador pode reivindicar. Mas refere-se à autoridade (ἐξουσία) que é sua por direito, a qual lhe foi conferida por aquele que tem o direito de concedê-la.⁷⁷ Donald Carson, ao comentar sobre a autoridade de Jesus neste texto, diz que as esferas em que ele, agora, exerce autoridade absoluta foram ampliadas para incluir os céus e a terra, ou seja, o universo. O pai está desobrigado da autoridade do Filho. Jesus é aquele por meio de quem a autoridade do Pai é mediada. Carson ainda comenta que esta é uma guinada na história da redenção, pois o reino do Messias manifesta-se com novo poder.⁷⁸ Ao ressuscitar, Jesus vence a morte e conquista a salvação de sua igreja. Sua ressurreição abastece o mandato missionário.⁷⁹ Por meio de sua ressurreição, Cristo está introduzindo uma nova era e sua igreja tem a tarefa de testemunhar essa verdade por todo o mundo.

⁷² HORTON, *A Grande Comissão*, p. 23.

⁷³ MCGARVEY, John William. *The New Testament Commentary: Matthew and Mark*. Delight, AR: Gospel Light Publishing Company, 1875, p. 253.

⁷⁴ CARSON, *O comentário de Mateus*, p. 688.

⁷⁵ KLAIBER, “The Great Commission”, p. 108-122.

⁷⁶ ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares; LEONEL, João. *Bíblia, literatura e linguagem*. São Paulo: Paulus, 2011, p. 96.

⁷⁷ Dr. Constable’s Expository Bible Study Notes. Disponível em: <https://planobiblechapel.org/tcon/notes/pdf/matthew.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

⁷⁸ CARSON, Donald A. *O comentário de Mateus*, p. 687.

⁷⁹ STOTT, John R. W. *Ouçã o Espírito, ouçã o mundo*. São Paulo: Editora ABU, 1997, p. 409.

Após ressuscitar, ele ordena que, em seu nome, seja pregado o arrependimento e a remissão dos pecados em todas as nações (Lc 24.46-47). Ele conquistou o direito legal para que a missão seja cumprida. Todas as barreiras satânicas caíram, pois Cristo conquistou o direito sobre toda a criação. Portanto, é com base nessa nova ordem das coisas que Jesus envia seus discípulos para a missão de evangelizar o mundo, dando certeza de sua presença vitoriosa como uma garantia de que o evangelho triunfará.⁸⁰ Posto isto, Deus é quem cria e sustenta a existência e o crescimento de sua igreja por meio de sua Palavra. Esta mesma Palavra deve ser proclamada ao mundo, a fim de que o reino de Cristo se expanda até aos confins da terra. Como Horton diz: “A decisão do Pai é irrevogável. A missão de Cristo já foi realizada, e o Espírito terá igual êxito em seus labores. Segue-se, pois, que a Grande Comissão não falhará”.⁸¹

Na análise de Walter Klaiber isso fica bastante claro:

A Grande Comissão nada mais é do que a consequência da Grande Garantia: Portanto vá, porque eu, Jesus, tenho toda autoridade sobre as nações em minhas mãos. A missão da igreja não é uma cruzada para subjugar as nações para Cristo; sua tarefa é introduzir as nações na realidade do domínio de Cristo.⁸²

Uma vez mais o professor Michael Horton traz sua contribuição ao dizer que “o mandato da Grande Comissão é como a estrela-guia para reajustar o foco da nossa missão como cristãos e como igrejas na vocação central para este período entre as duas vindas de Cristo”.⁸³ Logo, são os indicativos do evangelho que impulsionam e direcionam a igreja em sua missão de proclamá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Grande Comissão exigiu uma resposta por parte dos primeiros discípulos. Eles eram servos inadequados e hesitantes. Não obstante, foram chamados para cumprir o propósito divino ao continuarem a ensinar aquilo que Jesus iniciou.⁸⁴ Eles enfrentariam tempos difíceis, pois estavam sendo enviados a um mundo hostil a Deus e ao evangelho. Jesus lhes disse que seriam perseguidos, açoitados, presos e até martirizados (cf. Jo 15.18–16.4). Mas o reino de Deus iria avançar, o evangelho triunfaria a despeito de todos os ataques do inimigo (cf. At 19.20). Por semelhante modo, a Grande Comissão exige uma resposta de todos os verdadeiros discípulos de todas as épocas. A resposta adequada que devemos dar a estas palavras de Cristo é

⁸⁰ LIMA, *A grande batalha escatológica*, p. 82.

⁸¹ HORTON, *A Grande Comissão*, p. 36.

⁸² KLAIBER, “The Great Commission”.

⁸³ HORTON, *A Grande Comissão*, p. 9.

⁸⁴ FRANCE, R. T. *The Gospel of Matthew*. Grand Rapids: Eerdmans, 2007, p. 1109.

a de unir-nos aos onze discípulos em adoração e obediência ao Senhor dos céus e da terra, a fim de cumprirmos nosso papel na proclamação das boas novas de salvação do reino de Deus a todas as nações e deleitarmo-nos com a certeza de que, mesmo diante de um mundo hostil a Deus e ao seu povo, mesmo em face da perseguição que este mundo possa nos oferecer, não temos de temer, porque se a presença física de Jesus com seus discípulos estava limitada a seu período de vida terrena, por sua vez a presença espiritual do Senhor ressurreto não tem semelhante limitação, pois Cristo garante que sempre estará entre seu povo obediente. Ele é o Deus conosco.⁸⁵

Ainda podemos dizer que a própria analogia usada no Novo Testamento para descrever a tarefa a ser cumprida na Grande Comissão é a de embaixadores, arautos oficiais que foram designados pelo chefe da nação para anunciar algo de grande importância para o mundo em geral. Por semelhante modo, o termo “evangelho” era usado para se referir à boa notícia que um oficial era comissionado a anunciar na sede: a saber, que tinha havido vitória no campo de batalha.⁸⁶ “O evangelho antecede a evangelização”.⁸⁷ É a boa nova daquilo que Deus fez em Cristo e por meio dele que libera e impulsiona a igreja a adentrar o mundo com o evangelho. As boas novas do evangelho falam da vitória de Cristo, mostram que as portas estão abertas por todo o mundo, pois as barreiras satânicas caíram. Agora, o reino de Deus avança pelo mundo inteiro, vai a todas as nações, ninguém pode deter o avanço do evangelho, ele vai por todo o mundo.

Sem dúvida, a igreja é embaixadora de um reino indestrutível. Cristo está presente entre nós, atraindo pecadores a si. Ele está edificando a sua igreja e as portas do inferno jamais prevalecerão contra ela (Mt 16.18). É somente Jesus quem pode formar ou edificar a igreja, porque a igreja é dele, e não nossa. Somos conclamados a anunciar em todas as nações o evangelho do reino, o reino do Filho do Homem, um reino inabalável, o qual não pode ser frustrado por nossa infidelidade, justamente porque não se trata de um reino que nós mesmos estamos edificando, e sim um reino que estamos recebendo (Hb 12.28), pois Jesus edifica sua igreja empregando meios estabelecidos por ele mesmo e garantindo sua presença salvífica.⁸⁸

O evangelho não pode ser contido. Apesar de toda perseguição, nada o segura. Ele é universal e alcança todas as nações. Por isso, antes de colocar o imperativo, Jesus deu o maior dos estímulos e o grande fundamento missionário: o seu triunfo. A autoridade que Cristo conquistou por ocasião de sua ressurreição é a única razão pela qual os discípulos são convocados a irem pelo

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ HORTON, *A Grande Comissão*, p. 15.

⁸⁷ Ibid., p. 26.

⁸⁸ Ibid., p. 332.

mundo e fazerem discípulos dele.⁸⁹ O Mestre estava lhes mostrando que sua obra já foi consumada e, mesmo que eles ainda não vissem os efeitos dela por completo, ela foi realizada em sua primeira vinda, de maneira que o reino de Deus agora cresce e nada pode contê-lo.

A compreensão dessa realidade cristológica exerce uma enorme diferença em nossa motivação, confiança e esperança para cumprimos nosso papel na Grande Comissão. A vitória foi conquistada por Cristo, e nós, como os seus arautos, devemos apenas proclamá-la, não esquecendo obviamente de fazer discípulos de todas as nações, batizá-los e ensiná-los em tudo aquilo que Cristo ordenou. Quando a igreja cumpre a Grande Comissão está honrando e respeitando o senhorio de Cristo, pois ele tem o direito de exigir nossa obediência.

Portanto, a missão da igreja aponta para o *eschaton*. Quando o presente estado de coisas terminar e céus e terra forem renovados, uma multidão de redimidos estará diante do trono adorando ao Cordeiro de Deus, pois a Grande Comissão foi cumprida. “E ouvi a toda a criatura que está no céu, e na terra, e debaixo da terra, e que estão no mar, e a todas as coisas que neles há, dizer: Ao que está assentado sobre o trono, e ao Cordeiro, sejam dadas ações de graças, e honra, e glória, e poder para todo o sempre (Ap 5.13).⁹⁰

ABSTRACT

The legal context in which the Great Commission was given involves the four great themes of Scripture: creation, fall, redemption, and consummation. When placed in Eden, Adam was tasked with governing all that God had created. When he sinned, he gave this authority to Satan. When Christ died and rose again, he fulfilled his redemptive purpose and, as the last Adam, recovered and extended the authority lost by the first. The Great Commission in Matthew 28:18-20 begins not in verse 19, but already in verse 18, when the risen Lord, based on this same authority, commands his disciples to go out into the world and make disciples of all nations. Therefore, this article aims to analyze the word “ἐξουσία” (authority), especially in the context of the Gospel of Matthew, in order to reflect on the authority lost by Adam and regained by Christ, and to evaluate how the triumph and exaltation of Christ are the guarantee of the mission’s success, how they give meaning to the “go”, invest the church with authority, and propel the disciples to the fulfillment of the Great Commission, pointing to the eschaton.

KEYWORDS

Biblical theology; New Testament; Great Commission; Kingdom; Gospel; Authority; Legal battle.

⁸⁹ KAYAYAN, “Christ’s Fourfold Declaration of Authority”, p. 5-13.

⁹⁰ PIPER, *Alegrem-se os povos*, p. 13.